



ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PSICOLOGIA JURÍDICA

Data: 05/09/2019

Coordenadora: Maria Cristina Neiva de Carvalho – CRP 08/1397

Participantes: Vide lista de presença

Pauta:

- Avaliação da Jornada de Psicologia Jurídica
- Avaliação dos trabalhos da Comissão de Psicologia Jurídica da XIII Plenário – Curitiba
- Aspectos a serem considerados na transição de gestão

Pontos importantes discutidos:

A reunião foi transferida para dia 5/9 para que a maioria dos colaboradores pudessem participar, sendo que somente 1 colaboradora não pode estar presente por estar em curso externo.

A Jornada foi bem avaliada em termos de organização de palestras e mesas, assim como as temáticas discutidas. O aspecto de inscrição ainda se mantém como um problema a ser resolvido, pois as pessoas se inscrevem, geram boleto e desistem e a vaga fica ocupada. Muitas pessoas haviam manifestado o desejo de participar do evento, mas no sistema constava como lotado. Também foi pontuada a importância de se ter avaliação dos participantes. O treinamento dos monitores também pode ser aperfeiçoado.

Em processo auto-avaliativo os colaboradores em unanimidade colocaram a importância em sua trajetória profissional de terem tido a oportunidade de participar da Comissão. Reconhecem a grande demanda que esta comissão tem, não somente de assuntos para a reunião mensal, mas atividades paralelas. Relatam a importância de se ter por isso, mais colaboradores e surge a sugestão de que o coordenador da comissão não seja o conselheiro para que este não fique sobrecarregado. Cita-se que infelizmente alguns psicólogos procuram a comissão com expectativas diversas de sua finalidade original. Ou seja, esperam grupos de estudo, “supervisão” e atendimento a demandas pessoais e ao constatarem que as atividades têm outro foco, acabam se afastando. Os colaboradores em sua maioria citaram o fato que gostariam de ter contribuído muito mais na comissão e para a categoria, mas os compromissos profissionais externos impediam.

Finalmente, como tópicos a serem abordados na transição de gestão definiu-se: contatos com Poder Judiciário, Parceria com a Fortis, continuidade de ações relacionadas à Escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência e estratégias para aproximação dos profissionais psicólogos atuantes no SINASE.



Conselho
Regional de
Psicologia
do Paraná